

AVALIAÇÃO DO CONTROLE INTERNO FINANCEIRO NO CONTAS A RECEBER E A PAGAR: UM ESTUDO DE CASO EM UMA INDÚSTRIA ARROZEIRA

Juliani Karsten Alver¹
Rafael da Silva Silveira²
Fernanda Montagner³

RESUMO

Não basta para a organização possuir um produto com um nicho de mercado já consolidado, necessário a população e com boa aceitação do público consumidor, também são necessárias ferramentas de apoio, como o controle interno. Assim sendo, este trabalho apresenta um estudo do controle interno financeiro no contas a receber e a pagar de uma indústria arrozeira, realizado através de um estudo de caso no segundo semestre de 2018. O objetivo geral consistiu em analisar os processos e controles internos aplicados às contas a receber e a pagar de uma empresa do ramo orizícola, identificando possíveis falhas com o intuito de sugerir melhorias. Para a realização deste estudo foi realizado o levantamento bibliográfico dos principais conceitos, práticas e princípios de controle interno. Posteriormente, através da aplicação de um questionário, coletaram-se as práticas adotadas pela empresa em seu setor financeiro. Na avaliação realizada no departamento, encontraram-se algumas deficiências, como a inexistência de manual de controle interno, segregação de funções, entre outras, as quais foram objeto de sugestões de melhorias. Concluiu-se, após a realização desse estudo, que as práticas de controle interno adotadas pela empresa estudada, especificamente nas contas a receber e a pagar dessa entidade, possuem falhas e assim torna-se necessário mudanças para que sejam eficientes. Para estudos futuros, sugere-se estudos no mesmo sentido, para analisar outros setores dessa mesma empresa, ou para analisar o setor financeiro de outras empresas.

Palavras-chave: Controle interno. Financeiro. Avaliação. Eficiente.

ABSTRACT

It is not enough for the organization to have a product with a market niche already consolidated, necessary to the population and with good acceptance of the consumer public, support tools are also needed, such as internal control. Therefore, this study presents a study of internal financial control in accounts receivable and payable from a rice industry, carried out through a case study in the second half of 2018. The general objective was to analyze the processes and internal controls applied to the accounts receivable and payable from a company

¹ Bacharel em Ciências Contábeis pela UFSM e Pós-graduanda em Contabilidade, Auditoria e Controladoria pela UNOESTE

Telefone: (55)99688-3129-E-mail: julianikarstenalves@hotmail.com

² Bacharel em Ciências Contábeis pela UFSM -E-mail: rafaeldasilvasilveira@hotmail.com

³ Bacharel em Ciências Contábeis pela UFSM -E-mail: fee-montagner@hotmail.com

in the rice industry, identifying possible failures with the intention of suggesting improvements. For the accomplishment of this study was carried out the bibliographical survey of the main concepts, practices and principles of internal control. Subsequently, through the application of a questionnaire, the practices adopted by the company in its financial sector were collected. In the evaluation performed in the department, there were some deficiencies, such as the lack of internal control manual, segregation of duties, among others, which were the object of suggestions for improvements. It was concluded, after this study, that the internal control practices adopted by the company studied, specifically in the accounts receivable and payable from this entity, are flawed and thus changes are necessary in order to be efficient. For future studies, similar studies are suggested to analyze other sectors of the same company, or to analyze the financial sector of other companies

Keywords: Internal control. Financial. Evaluation. Efficient

1 INTRODUÇÃO

Observando o mercado, os gestores têm buscado um maior controle de suas operações para que possam atingir seus resultados esperados. É necessário que os gestores analisem grandes quantidades de informações, devendo tomar decisões rapidamente, como também proteger os ativos corporativos de informações organizacionais (BALTZAN; PHILLIPS, 2012). Nesse sentido, o controle interno contribui, pois é uma ferramenta que visa fornecer razoável segurança às atividades administrativas e operacionais de uma empresa, mitigando as possibilidades de erros e fraudes, de forma que busca proteger o patrimônio da empresa.

Os controles internos são de extrema importância para a entidade. Em se tratando de uma empresa de médio ou grande porte tornam-se ainda mais necessários e importantes para a organização tendo em vista a informação que os mesmos devem fornecer aos gestores para a tomada de decisão e, também, são necessários para auxiliar no processo de melhoria das ferramentas utilizadas na gestão organizacional.

O ambiente empresarial é um ambiente altamente competitivo, com períodos de prosperidade, mas também de crise econômica, onde os empresários e empresas precisam ter um diferencial, com uma equipe qualificada e um sistema operacional eficiente, para assim assegurar o fluxo de suas operações e garantir os resultados esperados.

Dentro de uma organização há vários departamentos e cada um destes deve possuir o seu manual de controle interno, com normas e procedimentos

específicos a serem seguidos para o bom funcionamento de todas as operações. Dentre estes temos o departamento financeiro, que está diretamente ligado ao caixa, contas a pagar e a receber, ou seja, é o departamento que envolve o fluxo monetário de uma empresa. Para tal, o controle interno nesse departamento permite que a empresa possa planejar e controlar seus recursos financeiros (SEBRAE, 2001).

O produto foco da empresa estudada nessa pesquisa, localizada na Quarta Colônia de imigração italiana no Rio Grande do Sul, é o arroz.

Hoje, o arroz é cultivado e consumido em todos os continentes e faz parte da dieta alimentar de grande parte da população mundial. É alimento básico para cerca de 2,4 bilhões de pessoas e, segundo estimativas, até 2050, haverá uma demanda para atender ao dobro dessa população. O arroz também é um dos mais importantes grãos em termos de valor econômico, sendo considerado o cultivo alimentar de maior importância em muitos países em desenvolvimento, principalmente na Ásia e Oceania, onde vivem 70% da população total dos países em desenvolvimento e cerca de dois terços da população subnutrida mundial. Aproximadamente 81% de todo o arroz do mundo é cultivado e consumido na Ásia (SILVA, WANDER; FERREIRA, 2018).

No Brasil, o arroz é cultivado em agricultura familiar e empresarial. A agricultura familiar reúne o maior número de produtores das propriedades que exercem a atividade orizícola, 89%, os quais são responsáveis por 34% do total da produção nacional. A maior parte da produção é obtida por agricultores não familiares ou empresariais, os quais representam 11% do total dos orizicultores que também tendem a adotar mais tecnologias e são responsáveis pelo equivalente a 66% da produção nacional (SILVA; WANDER, 2014).

Nesse contexto, nota-se que o produto principal de comercialização da empresa estudada é de extrema relevância para o comércio e população. Porém, não basta para a organização possuir um produto com um nicho de mercado já consolidado, necessário a população e com boa aceitação do público consumidor, também são necessárias ferramentas que auxiliem os gestores na tomada de decisão, e que demonstrem a verdadeira situação da organização, de forma que garantam a continuidade de suas operações. Dentre estas ferramentas está o controle interno.

Neste contexto, a presente pesquisa visa responder a seguinte questão-problema: as práticas de controle interno adotadas pela empresa de beneficiamento de arroz, especificamente nas contas a receber e a pagar dessa entidade, são eficientes?

Assim, o presente estudo teve como objetivo geral analisar os processos e controles internos aplicados às contas a receber e a pagar de uma empresa do ramo orizícola, identificando possíveis falhas com o intuito de sugerir melhorias.

A realização da pesquisa justifica-se pela importância que o controle interno eficiente tem para a empresa estudada, bem como pela possibilidade de contribuir com melhorias para o controle interno financeiro desta.

Outrossim, a justificativa dá-se, também, pelo fato de apresentar uma nova visão aos questionários comumente mencionados em estudos anteriores a fim de proporcionar, a qualquer organização que assim desejar, uma ferramenta de avaliação.

2 REFERENCIAIS TEÓRICOS

2.1 Definição de Controle Interno

O controle interno compreende o plano de organização, os métodos e procedimentos adotados pela entidade para a proteção do seu patrimônio, confiabilidade e tempestividade das informações contábeis e gerenciais (HOOG; CARLIN, 2008).

Na mesma linha de pensamento, Mityo (2011, p. 303) afirma que “os controles internos, em sentido amplo, correspondem a todos os processos com o objetivo de proteger os ativos, assegurar que todas as operações sejam devida e adequadamente registradas pela contabilidade e que as políticas e diretrizes da empresa sejam obedecidas”.

O Comitê de Procedimentos de Auditoria do Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados, AICPA (2017), Estados Unidos, afirma “o controle interno compreende o plano de organização e conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotados pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão a adesão à política traçada pela administração”.

Desta forma, faz-se necessária a aplicação de controles ao nível da entidade, de maneira que se possa garantir a adequação das informações produzidas, visto que, se o controle interno é adequado e eficiente, irá proporcionar maior segurança para as informações geradas, uma melhor tomada de decisão, e, conseqüentemente, reflexos positivos no resultado (ATTIE, 2011).

O controle interno deve ser determinado e implantado por inteira responsabilidade da administração da empresa. Nesse sentido, Attie (2011) cita que a administração é responsável pela elaboração, implantação e análise de um sistema de controle interno adequado.

Attie (2011) segue afirmando que este sistema de controle interno deve estar sujeito a frequente supervisão, a fim de identificar se a política interna presente está sendo corretamente interpretada, se mudanças nas operações tornaram os procedimentos complicados, obsoletos ou inadequados e, se quando surgem falhas no sistema são tomadas prontamente medidas eficazes e corretivas.

O sistema de controle interno deve ser planejado de forma que, registrada a informação, ela só poderá ser alterada através de autorização, pelos seus valores corretos e dentro do período de competência (ALMEIDA, 1996, p. 55).

Cook e Winkle (1983) complementam que com a finalidade de cumprimento do objetivo das demonstrações financeiras, que é de fornecer aos usuários informações que os ajudem em suas decisões econômicas, a administração tem a responsabilidade de projetar e manter um sistema de controle interno capaz de produzir demonstrações financeiras fidedignas dentro de sua organização. Não obstante, o auditor independente pode assessorar a administração no projeto de seu sistema inicial e deve, inclusive, fazer sugestões para seu aperfeiçoamento, evidentemente a responsabilidade por esse sistema cabe à administração.

Não se deve esquecer a responsabilidade que paira sobre os funcionários da empresa. Suas atribuições devem ser claramente definidas e limitadas, preferencialmente de forma escrita, ao se estabelecerem manuais internos da organização. Algumas razões para definirem-se atribuições são: assegurar que todos os procedimentos de controles sejam executados, detectar erros e irregularidades e apurar responsabilidades por eventuais omissões na realização das transações e movimentações da empresa (CREPALDI e CREPALDI, 2016).

2.2 Importância do Controle Interno

A importância do controle interno fica clara quando se percebe que uma empresa que não possui controles internos eficientes não consegue garantir a continuidade do fluxo de operações e informações (ATTIE, 2011).

Da mesma maneira, Crepaldi (2004, p. 348) ressalta a importância do controle interno afirmando que “a direção executiva não pode estar presente em todas as operações nem se inteirar em todas as decisões tomadas nos diferentes níveis da organização, considerando os sistemas de controle seus olhos e ouvidos da administração”.

Ainda, segundo Attie (2011, p. 189), “o controle tem significado e relevância somente quando é concebido para garantir o cumprimento de um objetivo definido, quer seja administrativo ou gerencial. Dessa forma, o controle não é algo sem face ou sem forma, mas um dado físico que avalia uma função observável”.

Um sistema de controle interno falho pode deixar a empresa suscetível a erros e fraudes, seja por parte de funcionários, administração e até mesmo membros da diretoria, principalmente no que diz respeito à área financeira, gerando, assim, a necessidade de que os controles internos sejam mais precisos, detalhados, eficazes e eficientes.

Oliveira (2007) afirma que quando não existem controles internos os erros involuntários e desperdícios são frequentes. Mityo (2011) complementa afirmando que a existência de controles internos adequados é importante para assegurar a confiabilidade dos registros contábeis, e a minimização de possíveis erros ou fraudes. E ainda, Padilha (2011) ressalta que a salvaguarda dos ativos de uma empresa e a prevenção e descoberta de erros e/ou fraudes é de responsabilidade da administração, dessa forma, para a adequada execução é necessário um bom sistema de controle interno.

2.3 Característica dos Controles

Os controles internos podem ser classificados de acordo com sua função, podendo ter natureza preventiva, detectiva e corretiva. No Quadro 4 são expostas estas classificações.

Quadro 4 - Natureza do controle interno

Natureza do controle interno	Função
Preventiva	Reduzir a frequência com que as causas de exposição ocorrerão, servindo como um guia.
Detectiva	Detectar as causas de exposição durante a ocorrência do fato.
Corretiva	Auxiliar na investigação e correção das causas de exposição detectadas, pois os fatos já ocorreram.

Analisando as informações expostas no Quadro 4, percebe-se que a natureza dos controles internos traz diferentes funções para cada um destes. Enquanto os controles internos preventivos possuem a função de reduzir a frequência com que as causas de exposição ocorrerão, servindo como um guia, os detectivos detectam as causas de exposição durante a ocorrência do fato, e, por fim, os corretivos auxiliam na investigação e correção das causas de exposição detectadas, pois os fatos já ocorreram (ALMEIDA, 1996).

Para Crepaldi (2004), são controles de prevenção: análise das demonstrações financeiras, confirmação de limite para crédito a clientes antes de aprovar o faturamento, determinação de uma pessoa em particular para classificação contábil e averiguação por parte de um funcionário da portaria das faturas e mercadorias para expedição.

Segundo Meirelles (1988), o controle preventivo visa a busca da integração do planejamento, orçamento, finanças e controle, com a finalidade de dar suporte à administração.

Os controles detectivos podem ser a verificação dos balanços financeiros e gerenciais e as diferenças entre os valores reais e orçados, a conciliação dos saldos bancários, conferência no consumo de matérias-primas em relação a sua aquisição, averiguação das contas de clientes e dos saldos credores (ATTIE, 1987).

Por fim, o controle interno corretivo, para Botelho (2007, p. 37), "é o que se efetiva após a conclusão do ato controlado, visando corrigir eventuais defeitos

2.4 Princípios de Controle Interno

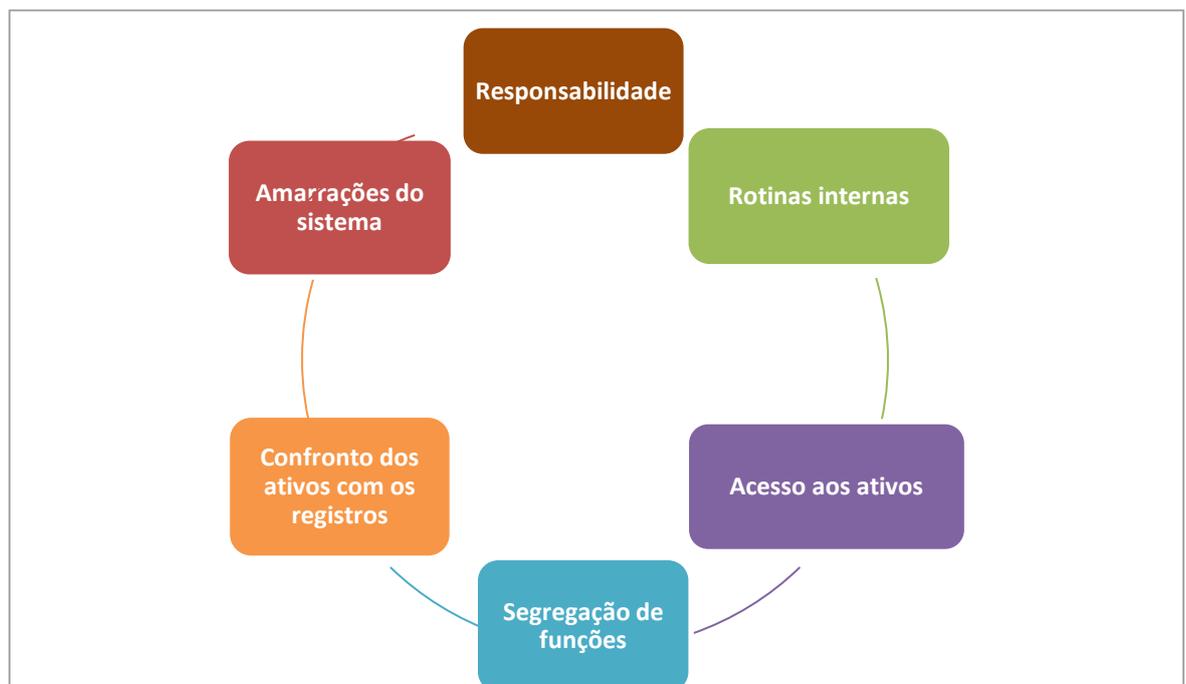
Os princípios de controle interno estão bem definidos nas literaturas e estão presentes com a finalidade de assegurar o patrimônio das empresas, de forma que elas definam seus procedimentos de acordo com os princípios e executem suas operações de forma eficiente, atingindo seus objetivos.

Lins (2017) afirma que há alguns tipos de controles que se aplicam de forma generalizada a todas as empresas e são denominados de princípios básicos dos controles internos, dos quais são: a responsabilidade deve ser explicitamente determinada; a segregação de funções; o uso de confirmações extracontábeis; e toda instrução deve ser feita por escrito.

Em relação aos princípios fundamentais do controle interno deve-se ter claramente definidos: a existência de um plano de organização com a distribuição de responsabilidades; políticas de autorização e de registros das transações; zelo no desempenho das funções; e também qualidade e responsabilidade do pessoal (SÁ, 2002).

Os princípios do controle interno podem ser verificados na Figura 2.

Figura 2 - Princípios de controle interno



Fonte: Autores.

Conforme informações expostas na Figura 2, o conjunto dos princípios de controle interno está formado pela responsabilidade, rotinas internas, acesso aos

ativos, segregação de funções, confronto dos ativos com os registros, amarrações do sistema e auditoria interna.

2.5 Controle Financeiro

O controle financeiro está diretamente ligado a possibilidade de ter um melhor controle das informações financeiras e gerenciais para a tomada de decisão, de forma que o administrador possa planejar, dirigir e controlar os recursos financeiros disponíveis.

A saúde financeira de uma empresa depende principalmente de controle e gestão de pessoas, processos e ferramentas. Dessa forma, necessita-se de pessoas competentes, operando processos bem definidos e utilizando boas ferramentas (SEBRAE, 2018).

Conforme Gitman (2010), a função da administração financeira é realizar o planejamento financeiro, analisar a concessão de crédito a clientes, avaliar as propostas de compra e venda de mercadorias e enfatizar o fluxo de caixa.

Complementando, Mityo (2011) afirma que as informações sobre a estrutura financeira são úteis para prever futuras necessidades de financiamento e também para avaliar a probabilidade de a empresa ser bem-sucedida.

Ainda, segundo o SEBRAE (2001), “os controles financeiros são os instrumentos que permitem ao administrador financeiro planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar os recursos financeiros de sua empresa para um determinado período”.

Dentre os controles financeiros, segundo Crepaldi (2004), os principais são os controles de caixa, contas a pagar e contas a receber.

Quadro 6 - Tipos de controle

TIPOS DE CONTROLE	DESCRIÇÃO DO ITEM
Caixa	Registra todas as entradas e saídas de dinheiro, além de apurar o saldo existente no caixa. A principal finalidade do controle de caixa é verificar se não existem erros de registros ou desvios de recursos. O caixa é conferido diariamente e as diferenças porventura existentes têm de ser apuradas no mesmo dia. Quando a diferença ocorrer por erros de registros, corrigem-se os erros e a diferença está zerada. Na hipótese de a diferença ocorrer por desvios de recursos, resta ao empresário tomar imediatamente uma decisão drástica: demitir a (s) pessoa (s) responsável (eis) pelos desvios. Além disso, o controle de caixa fornece informações para:

	<ul style="list-style-type: none"> - Controlar os valores depositados em bancos; - Controlar e analisar as despesas pagas; - Fornecer dados para elaboração do fluxo de caixa.
TIPOS DE CONTROLE	DESCRIÇÃO DO ITEM
Controle de contas a receber	<p>Tem como finalidade controlar os valores a receber, provenientes das vendas a prazo, e deve ser organizado para:</p> <ul style="list-style-type: none"> - fornecer informações sobre o total dos valores a receber de clientes; - estimar os valores a receber que entrarão no caixa da empresa, por períodos de vencimento, por exemplo, 3, 5, 7, 15, 30, 45 e 60 dias; - conhecer o montante das contas já vencidas e os respectivos períodos de atraso, bem como tomar providências para a cobrança e o recebimento dos valores em atrasos; - fornecer informações sobre os clientes que pagam em dia; - fornecer informações para elaboração do fluxo de caixa.
Controle de contas a pagar	<p>Organizar os totais a pagar, obedecendo a seus períodos de vencimento: dia, semana, quinzena, 30, 45, 60 dias etc. Manter as contas em dia e ainda:</p> <ul style="list-style-type: none"> - estabelecer prioridades de pagamento em caso de dificuldades financeiras; - controlar o montante dos compromissos já vencidos e não pagos, em situações de dificuldade; - fornecer informações para elaboração de fluxo de caixa.

Fonte: Adaptado SEBRAE (2013).

Observa-se, conforme o Quadro 6, que os referidos controles são muito importantes para a empresa, porém, de nada adianta ter uma série de controles se os dados não forem confiáveis, tempestivos e organizados, ou seja, são inservíveis à empresa. Apresentar diversos controles financeiros e não poder confiar nos mesmos quando necessitar usá-los para planejar, organizar, coordenar, dirigir ou controlar seus recursos é, em suma, perda de tempo (SEBRAE, 2013).

Ressalta-se que o caixa da empresa em estudo não será analisado, visando não expor dados considerados sigilosos em seu modelo estratégico e também para proteger os dados da mesma, não possibilitou a análise desse segmento do controle financeiro.

2.6 Avaliação do Controle Interno

A avaliação do sistema de controle interno, segundo Almeida (2017), compreende em determinar os erros ou irregularidades que podem acontecer e verificar se o sistema atual de controles detectaria esses erros ou irregularidades.

Portanto, é de suma importância a avaliação das rotinas internas, normas e procedimentos, de forma a verificar se o sistema de controle interno está sendo operado de forma adequada e eficiente, pois os controles internos possuem deficiências.

Segundo a NBC TA 265 – Comunicação de Deficiências de Controle Interno (2009), deficiência de controle interno existe quando:

O controle é planejado, implementado ou operado de tal forma que não consegue prevenir, ou detectar e corrigir tempestivamente, distorções nas demonstrações contábeis; ou falta um controle necessário para prevenir, ou detectar e corrigir tempestivamente distorções nas demonstrações contábeis.

Ainda, segundo a NBC-TA 265 (2009), as deficiências de controle interno são todas as condições problemáticas encontradas pelos auditores que são relevantes a ponto de merecer a atenção dos profissionais responsáveis pela governança da empresa.

Portanto, para avaliar o sistema de controle interno dos setores operacionais, primeiramente precisa-se conhecer como se dá o funcionamento das operações.

A avaliação da eficiência do controle interno se dá através de alguns passos, conforme exemplificado na Figura 5.

Figura 5 - Passos para avaliação da eficiência do controle interno



Fonte: Adaptado de Crepaldi e Crepaldi (2016)

Conforme a Figura 5 demonstra, verifica-se que o primeiro passo para avaliar a eficiência do controle interno é levantar a forma como se dá o controle interno.

Perez Junior (2012) afirma que o levantamento do funcionamento das operações pode ser obtido através da leitura dos manuais, como também através de entrevistas/ questionários com os responsáveis pelas operações.

Em mesmo sentido, Crepaldi e Crepaldi (2016) complementam afirmando que, as informações sobre o sistema de controle interno podem ser obtidas pela leitura dos manuais internos de organização e procedimentos; conversando com os funcionários da empresa e, através de inspeção física desde o início da operação até o registro no razão geral.

Em sequência deve-se verificar se o que consta como norma está sendo praticado pelos funcionários, administradores, gerentes, etc. E após, analisar se a forma como o controle interno está formalizado confrontado com o que está sendo feito na prática pode ocasionar erros e fraudes (CREPALDI; CREPALDI, 2016).

Para Attie (2011), na avaliação do ambiente de controle existente deve-se considerar: a definição de funções de toda a administração; o processo decisório adotado na entidade; a estrutura organizacional da entidade e os métodos de delegação de autoridade e responsabilidade; as políticas de pessoal e segregação de funções; e o sistema de controle da administração, incluindo as atribuições da auditoria interna, se existente.

Ainda, na avaliação do controle interno, conforme Almeida (2017) torna-se importante observar vários outros fatores que necessitam estar expostos de forma clara e objetiva, conforme ilustrado na Figura 6.

Figura 1 - Fatores do controle interno



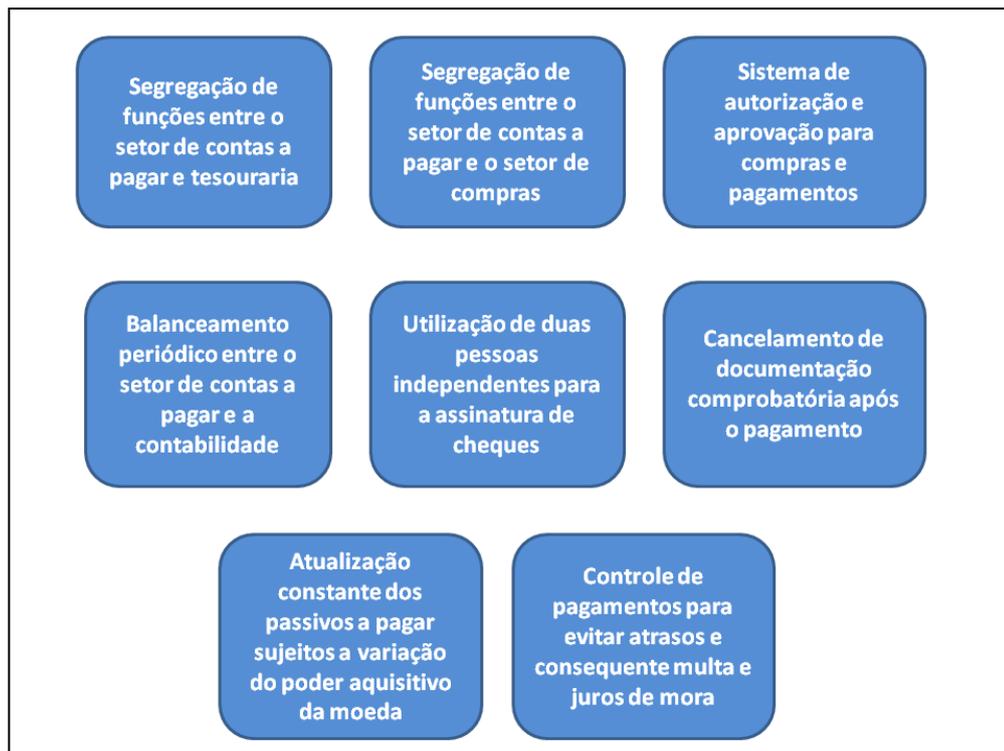
Fonte: adaptado de Almeida (2017)

Dessa forma, Almeida (2017) traz que o plano de organização, é o modo pelo qual se organiza um sistema. Já os métodos e medidas estabelecem os caminhos e os meios de comparação e julgamento para se chegar a determinado fim. A proteção do patrimônio está ligada a forma pela qual são salvaguardados os bens e direitos da empresa. A eficiência operacional compreende a ação ou força a ser posta em prática nas transações realizadas pela empresa e as políticas administrativas refere-se ao sistema de regras relativas à direção dos negócios e à prática dos princípios, normas e funções para a obtenção de determinado resultado.

2.7 Procedimentos para Avaliação do Contas a Pagar

A avaliação da eficiência do controle do Contas a Pagar pode ser feita, conforme Attie (2011), verificando-se se os procedimentos apresentados no Quadro 4 estão sendo seguidos.

Figura 7 - Procedimentos a serem analisados no contas a pagar



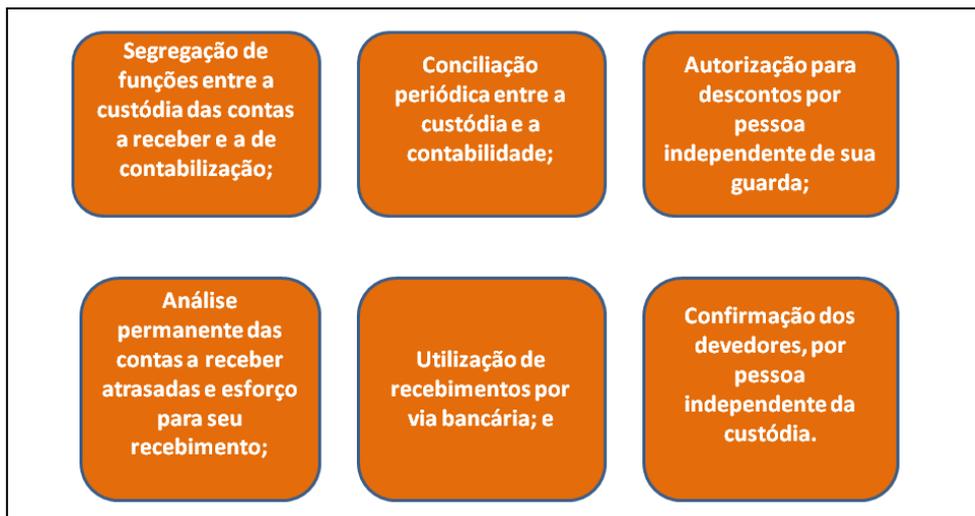
Fonte: Adaptado de Attie (2011)

Os procedimentos ilustrados na Figura 7, conforme Attie (2011) representam os principais itens a serem observados na avaliação da eficiência do controle interno do contas a pagar de uma empresa.

2.8 Procedimentos para avaliação do Contas a Receber

Para a avaliação da eficiência do controle do Contas a Receber, Attie (2011) também traz os principais itens a serem verificados. Estes procedimentos são apresentados na Figura 8.

Figura 8 - Procedimentos a serem analisados no contas a receber



Fonte: Adaptado de Attie (2011)

No Quadro 8 estão expostos, conforme Attie (2011), os principais procedimentos a serem analisados na avaliação da eficiência do controle interno do Contas a Receber.

Tanto estes procedimentos quanto os procedimentos voltados para o Contas a Pagar visam mitigar a possibilidade de ocorrência de erros e fraudes, e, conseqüentemente assegurar o alcance dos objetivos da empresa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo o método, essa pesquisa classifica-se como dedutiva, pois, segundo Gil (2008, p. 9), "parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica", ou seja, é a particularização.

A metodologia aplicada neste estudo, quanto aos objetivos classifica-se em descritiva, pois esta está voltada para descrever um fenômeno através de algumas técnicas (RAMOS, 2009). Segundo Gil (2009), uma de suas características está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

Quanto a sua abordagem classifica-se como qualitativa, pois preocupou-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado, e trabalha com processos e os fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO et al., 2001).

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa fez uso do estudo de caso, pois, foi realizado o estudo detalhado das contas a pagar e a receber da empresa através de questionários e entrevistas aos colaboradores diretamente ligados a estes setores em questão (GIL, 2009). Para coletar as informações e dados pertinentes a realização do estudo, utilizaram-se as técnicas de pesquisa bibliográfica e levantamento, através de entrevista.

Para a entrevista, neste estudo foi de suma importância, uma vez que foi através dela que se conheceu todo o andamento dos setores envolvidos neste trabalho. Para auxílio à entrevista, utilizou-se um questionário semiestruturado como base para as perguntas. Tal entrevista foi realizada presencialmente no dia seis de outubro de 2018.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 A Empresa

A empresa objeto dessa pesquisa foi fundada no quarto trimestre do ano de 1959 com a intenção de suprimir necessidades familiares de subsistência. O mercado na região funcionava com o tipo de comércio de troca-troca, onde não se compravam os suprimentos e sim os trocavam. Assim, foi criada esta empresa que atua, atualmente, no ramo da indústria e comércio de arroz. Por solicitação da mesma, seu nome não será divulgado neste estudo.

A empresa, quanto ao porte, enquadra-se como média empresa, tendo seu regime de tributação realizado através do lucro real. Ressalta-se, nesse sentido, que por ter sua tributação realizada através do lucro real, os controles internos e contábeis da empresa devem ser bastante rigorosos tendo em vista que a sua tributação está condicionada a partir de seu lucro contábil acrescido de ajustes positivos e negativos. Dessa forma, seus lançamentos contábeis devem ser efetuados de forma correta evitando, assim, futuras sanções ou multas advindas da parte do governo.

Quanto a sua identidade organizacional, a empresa possui missão e política de qualidade bem estruturados, o que representa a preocupação da empresa com a qualidade na execução de suas operações.

Através desses elementos, percebe-se a preocupação da organização com a sua identidade, ou seja, passar a seus colaboradores quais são os valores que devem adotar diariamente a fim de mostrar, aos clientes também, que possui

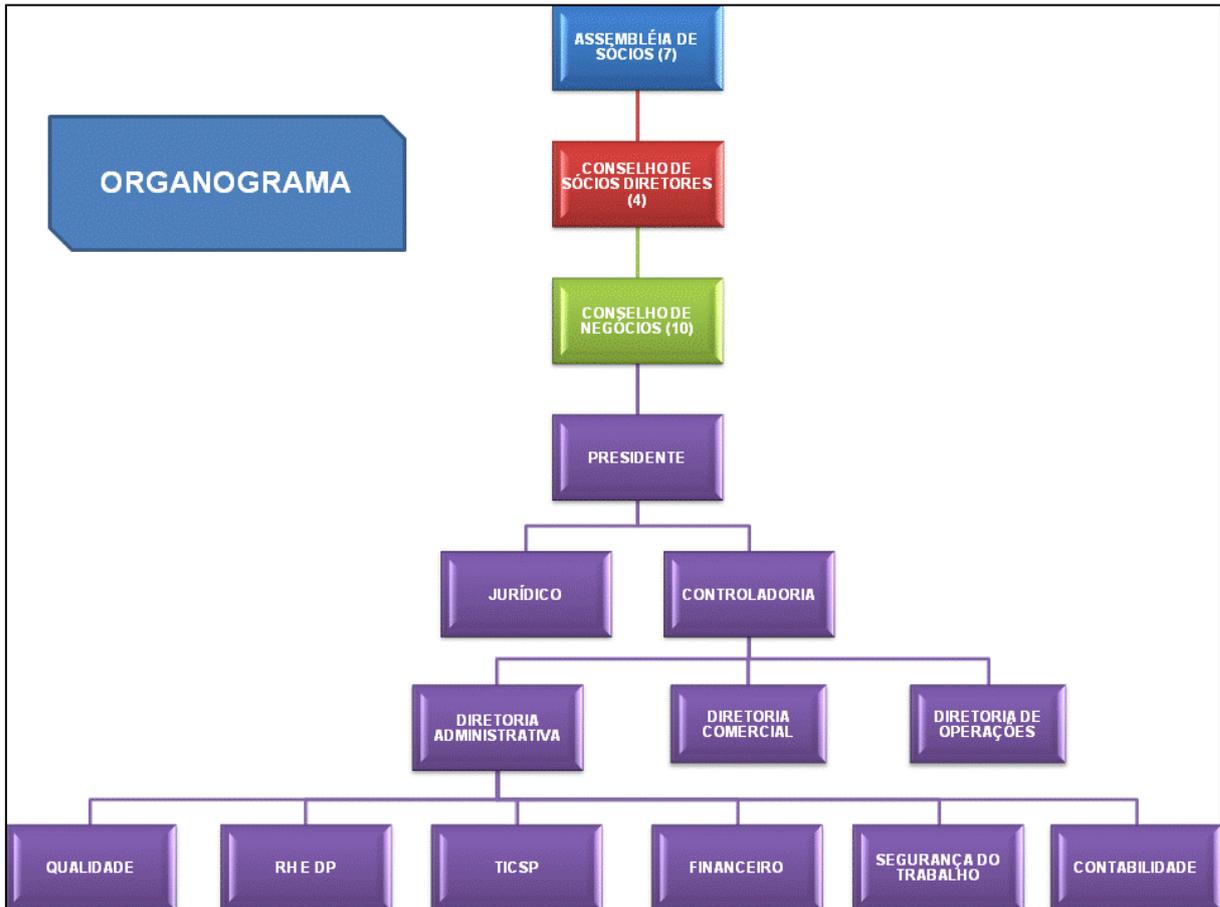
um conjunto de colaboradores engajados em apresentar o melhor de si e assim passar ao produto todo este cuidado.

A empresa não possui filial, ou seja, suas operações são concentradas em apenas um local. Tal fato pode ser benéfico porque desta forma as movimentações de carga, tanto de entrada quanto de saída, são monitoradas de perto, inibindo ações de fraude ou desvios que poderia existir se houvessem filiais.

Atualmente conta com um quadro de funcionários de 140 colaboradores divididos em 16 departamentos: aquisição de matéria-prima, aquisição de insumos, segurança do trabalho, manutenção da infraestrutura física, embalagem e expedição, indústria, manutenção, financeiro e contábil, relações humanas, secagem e armazenagem, transporte da venda, transporte da compra, comercial, marketing, tecnologia da informação e gestão da qualidade.

Sua organização hierárquica está relacionada na Figura 11, que demonstra a distribuição dos cargos e funções dentro da empresa (foram suprimidos os desdobramentos das diretorias: comercial e de operações que não são alvo do estudo).

Figura 11 - Organograma da empresa



Fonte: Autores.

Analisando o organograma exposto, percebemos que o setor financeiro, objeto desse estudo, é composto por dois funcionários e está subordinado a diretoria administrativa, relacionando-se intimamente com a contabilidade e também com os setores de recursos humanos (RH) e departamento de pessoal (DP).

Quanto a contabilidade, a empresa estudada possui contabilidade própria e não possui auditoria atuante.

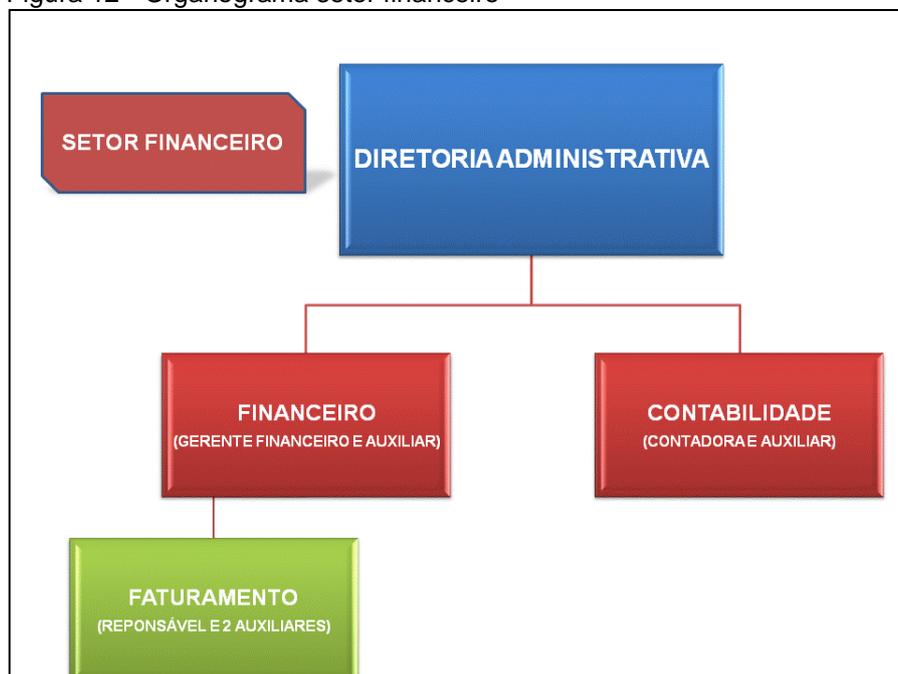
Apesar de a empresa não possuir auditoria, por ela possuir a certificação ISO 9001 (normas de padronização para determinados produtos e/ou serviços, que visam melhorar a gestão de uma empresa), ela precisa cumprir determinados requisitos. Dessa forma, a auditoria presente é apenas a auditoria interna, para fins de garantir o cumprimento dos requisitos e conseqüentemente a manutenção do certificado ISO 9001

Para melhor compreensão dos resultados da pesquisa, essa seção encontra-se estruturada em três tópicos. Primeiramente realiza-se a apresentação do perfil dos gestores entrevistados, na sequência a caracterização das empresas que compõem a carteira de clientes jurídicos e por fim, a análise dos serviços e produtos que são prestados pela instituição financeira objeto do estudo.

4.2 Setor Financeiro

O setor financeiro, como exposto anteriormente, é composto por duas pessoas, a saber, o gerente financeiro e a auxiliar do financeiro, conforme ilustra a Figura 12.

Figura 12 - Organograma setor financeiro



Fonte: Autores.

O gerente financeiro possui uma sala com acesso restrito e seguro a fim de movimentar numerário de forma discreta e segura, o que está de acordo com o princípio do controle interno de acesso aos ativos referindo que o acesso aos ativos da empresa devem estar limitados de forma que se estabeleça controle físico sobre estes.

Já quanto as contas bancárias, o saldo dos bancos são controlados pelo gerente financeiro e os cheques podem ser assinados por qualquer um dos três

diretores, de forma que um não necessita de autorização ou liberação do outro, agem de forma independente.

O referido setor está diretamente ligado ao setor da contabilidade, que por sua vez, é formado pela contadora e sua auxiliar, ou seja, a empresa conta com contabilidade própria, que deve apresentar informações confiáveis e tempestivas.

Os referidos setores não possuem manuais de procedimentos, mas possuem procedimentos operacionais padrão, os chamados POP's, que nada mais são do que o passo a passo de operações específicas (necessários para a obtenção da certificação ISO 9001). Estes POP's são de conhecimento de todos os envolvidos e são verificados pela contadora e pela auxiliar do financeiro.

Quanto ao planejamento, há planejamento orçamentário ao final de cada período contábil, onde são estipuladas metas para o uso de recursos financeiros para o período seguinte.

Analisando o setor, já se percebe que a empresa não tem preocupação com segregação de função, o que gera confronto ao princípio da segregação de funções que informa que o mesmo colaborador não pode ter acesso aos ativos e aos registros contábeis.

4.3 O Contas a Pagar

O contas a pagar da empresa é operado por duas pessoas: gerente financeiro (responsável pelos pagamentos) e a auxiliar do financeiro (responsável pelos agendamentos e pelos lançamentos).

O contas a pagar não tem vinculação com o setor de compras, ou seja, não são as mesmas pessoas que compram e agendam os pagamentos. Estando, portanto, de acordo com o princípio da responsabilidade que diz respeito às atribuições dos funcionários, estas devem ser claramente definidas e limitadas, preferencialmente por escrito mediante manual interno de organização bem como o que diz respeito a segregação de função, neste quesito, a empresa falha na questão do manual, pois não o possui.

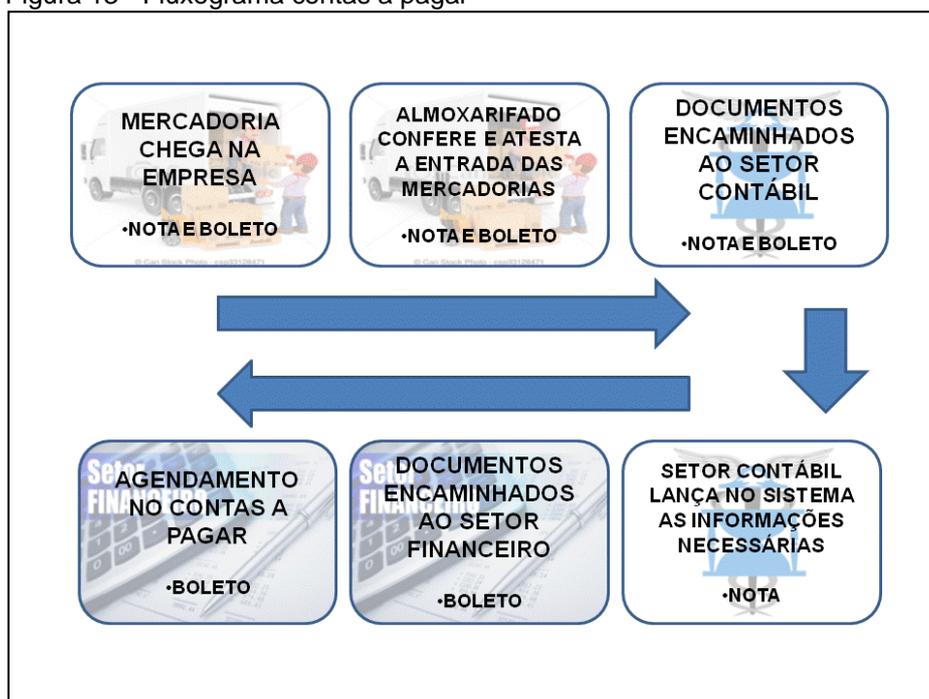
Os POP's também são encontrados neste setor, cujo conhecimento é de todos os envolvidos e a responsabilidade por sua aplicação é da auxiliar do setor.

Os pagamentos podem ser realizados através de dinheiro, banco ou cheque. Procura-se canalizar a maior parte dos pagamentos via banco uma vez

que é mais prático e mais seguro, porém, quando necessário emitem-se cheques ou pagam-se em espécie.

Esses pagamentos são feitos de forma diária, não existindo pagamentos por período (semanais, por exemplo). No ato do pagamento, o boleto segue sozinho, sem a presença da nota a que se refere, pois, a mesma já foi conferida no ato do agendamento. A Figura 13 ilustra como é o caminho das notas e boletos desde sua chegada à empresa até o seu pagamento.

Figura 13 - Fluxograma contas a pagar



Fonte: Autores.

O fluxograma, conforme apresentado na Figura 13, traduz como que os documentos (notas e boletos) trafegam dentro da empresa, de forma que estes cheguem ao final do processo passando por todos os setores necessários e sem perder prazo, tampouco informações.

A assinatura do conferente na nota e boleto é de suma importância a fim de identificar o responsável pela conferência, sem isto, em caso de divergências, não será possível averiguar o responsável pelo fato.

No caso de haver discrepância nos produtos constantes no pedido existem duas formas de proceder: fazendo-se diretamente na nota a devolução completa ou parcial da mercadoria o que vai depender de cada caso.

Quando estes produtos chegam ao estoque, não existe uma conferência por parte do contas a pagar desse estoque, então, a garantia do setor financeiro que a mercadoria está realmente no estoque é a assinatura do responsável pelo recebimento na nota/recibo. Seria adequado que houvesse uma conferência por amostragem nos itens constantes no estoque, preferencialmente periódica e surpresa, diminuindo, assim, as chances dos responsáveis ajustarem qualquer saldo.

Dessa forma, os boletos gerados referentes aos produtos adquiridos que chegam na empresa já estão com seus pagamentos previamente autorizados desde a sua autorização de compra. Ressalta-se que o setor de contas a pagar não tem autorização de alterar o vencimento das contas.

A conferência do boleto, a fim de não se pagar duplicado, é feito no ato do agendamento no contas a pagar. Não é política da empresa efetuar pagamentos de forma antecipada, pois, não existe benefício com essa prática.

Para tamanho controle, é necessário possuir um sistema adequado às necessidades da empresa. Nele são incluídos os agendamentos dos boletos que chegaram ao setor, bem como, excluídos no caso de devoluções futuras.

Neste mesmo sistema é possível obter relatórios dos mais diversos, dentre eles, o relatório diário do contas a pagar que resume quais boletos deverão ser pagos em cada dia da semana, por exemplo.

O sistema possui bloqueios que fazem com que somente a pessoa responsável por determinada tarefa a faça com sua senha, desta forma, evita que dados sejam manipulados por terceiros que não são habilitados para tal função.

Após os pagamentos, a contabilidade tem acesso ao comprovante de pagamento, tanto no sistema, quanto o documento físico, o que é de extrema importância a fim de ser feita uma contabilidade confiável e tempestiva.

Quanto às atribuições de alçadas, o responsável pelo contas a pagar não tem autorização para efetuar baixas por devolução, sendo uma função do setor contábil. As notas de devolução são encaminhadas ao setor financeiro diretamente via sistema. A conferência é feita pelo próprio financeiro e os relatórios são verificados diariamente.

Ainda, tendo em vista que são atividades muito importantes e exigem cuidado e atenção, o responsável pelos pagamentos não é o mesmo que faz o

agendamento. Já a conciliação contábil fica a cargo da contabilidade, pois no setor financeiro apenas é efetuada a conciliação financeira. Desta forma, com essas práticas a segregação de função é respeitada e a empresa fica de acordo com os princípios do controle interno neste sentido.

O responsável pelo contas a pagar também não tem contato com os fornecedores e não existe política na empresa que permita o recebimento de brindes por parte dos compradores nem dos colaboradores do contas a pagar. Isto importante, pois evita-se qualquer conflito de interesse entre as partes.

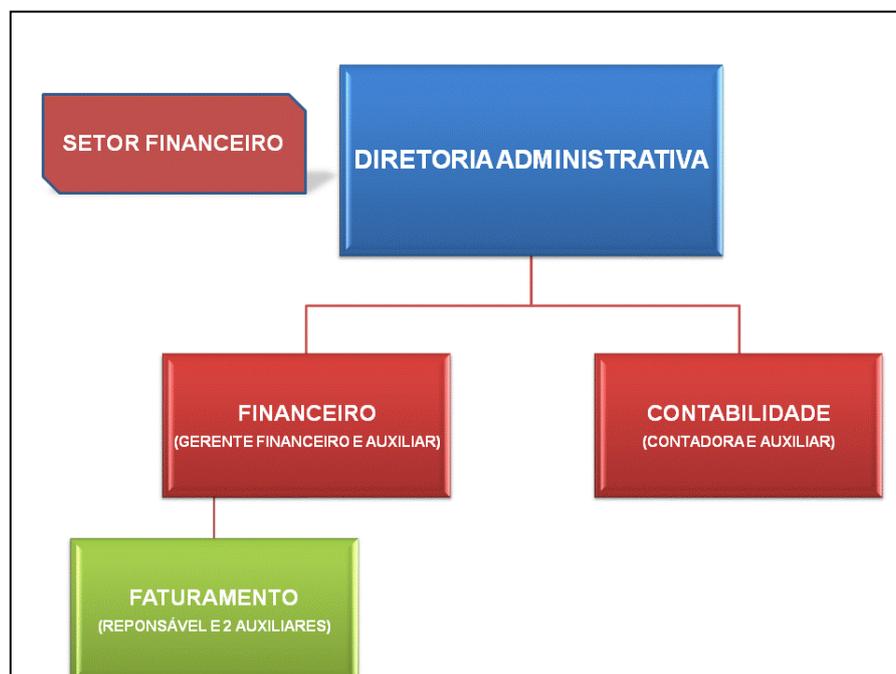
Quando questionados, a empresa considerou ter controles internos que apoiem a realização das tarefas referenciadas, entretanto, após análise realizada, constatou-se há falta de tais controles, como por exemplo, a falta da conferência periódica do estoque em contrapartida ao saldo das contas.

4.4 O Contas a Receber

Além do contas a pagar, também foi objeto de análise o contas a receber.

Este é um setor formado por cinco pessoas. Destas, duas já foram referenciadas como sendo parte do setor financeiro da empresa, e as demais são responsáveis pela emissão das notas e boletos. Uma é a responsável e as demais menores aprendizes que cursam o ensino médio conforme Figura 15.

Figura 15 - Organograma contas a receber



Fonte: Autores

No setor financeiro, o gerente é responsável por acompanhar os retornos do banco e a sua auxiliar é responsável por fazer a remessa de envio das informações ao banco.

Alguns procedimentos estão explícitos em POP's, cujo conhecimento é de toda a equipe envolvida e a pessoa responsável por verificar sua aplicação é a auxiliar do financeiro.

Há, neste setor, cadastro de clientes, que é acessado através de um software específico e os dados são atualizados manualmente sempre que necessário. O backup destes dados é feito de forma diária, sendo um procedimento importante, pois mantém as informações e dados em cópia segura e atualizada.

Na questão de crédito, a liberação de margem para os clientes é feita pelo diretor comercial, o qual consulta os sistemas de SPC (Sistema de Proteção ao Crédito) e SERASA sendo este o responsável por fazer uma eventual “primeira cobrança” ao cliente inadimplente, se existir.

Os recebimentos chegam, essencialmente, via banco, sendo vedado o recebimento por cartão de crédito/débito, o que acaba influenciando positivamente na prevenção de após uma venda ocorrer o cancelamento da operação.

No caso do cliente querer desconto, deve ser feito o pagamento à vista, pois no boleto não é permitido conceder desconto. O responsável pelo contas a receber tem autorização de conceder desconto, bem como o setor contábil, porém, o desconto só é permitido se for autorizado pelo representante comercial ou pelo diretor comercial, sendo este um tipo de controle preventivo, pois, visa prevenir o risco de fraude.

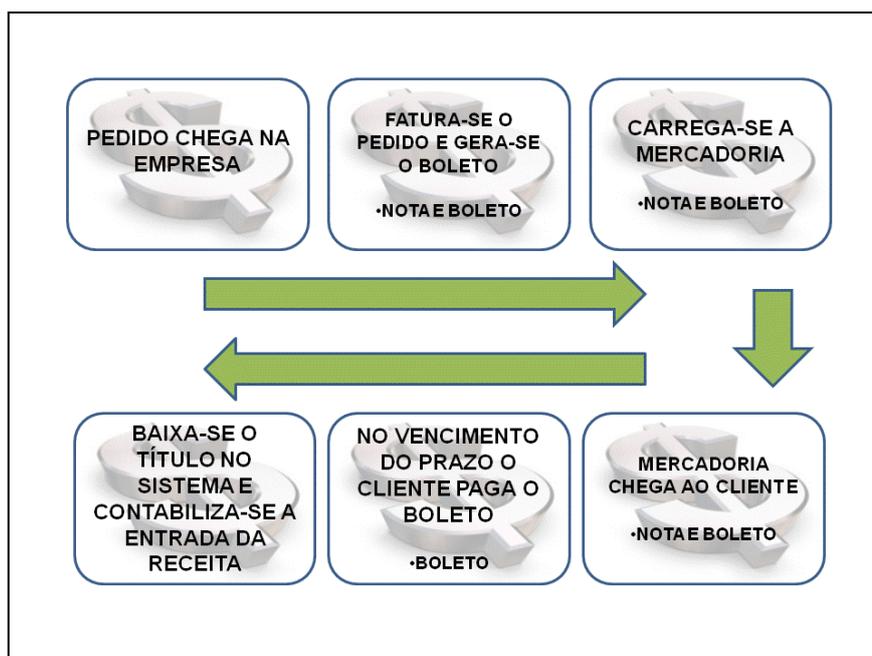
No sistema de recebimento utilizado pela empresa é possível receber ou excluir títulos que estejam em aberto pesquisando das mais variadas formas possíveis, como por exemplo: período de vencimento, número do título, número da fatura, dentre outras formas. Neste mesmo sistema é possível retirar relatórios como títulos (boletos) recebidos, boletos em aberto e os demais relatórios necessários à tomada de decisão da gestão da empresa.

Da mesma forma que para o contas a pagar, o sistema do contas a receber possui bloqueios que fazem com que somente a pessoa responsável por determinada tarefa a faça com sua senha.

O setor do contas a receber só pode efetuar a baixa por devolução ou perda se for de forma justificada. Da mesma forma, toda e qualquer alteração de data de vencimento é devidamente registrada e comprovada. O setor do contas a receber é responsável pelas baixas efetuadas no sistema. Tais baixas são revisadas no momento da sua conciliação e após isso cada representante comercial verifica sua carteira de clientes, o que diminui o risco de clientes ficarem em débito com a empresa.

Cada nota fiscal emitida já tem sua forma de pagamento pré-fixada como boleto, o que faz com que toda e qualquer nota emitida com o intuito de venda possua um boleto que a acompanhe, ou seja, não existe a emissão de notas sem a forma de pagamento específica. O fluxograma de faturamento é apresentado na Figura 17.

Figura 17 - Fluxograma do contas a receber



Fonte: Autores.

O faturamento é feito de forma diária, sendo um procedimento positivo, pois garante uma informação tempestiva para seus interessados.

Entretanto, a empresa não tem o hábito de efetuar conciliação das vendas efetuadas à prazo com o saldo das contas a receber de cada cliente, o qual seria um controle importante para localizar possíveis erros ou fraudes em operações efetuadas ou cobranças duplicadas.

Os boletos atrasados são controlados automaticamente via sistema. O sistema emite mensagem três dias depois do vencimento. Essa mensagem é enviada ao cliente evitando que o boleto vá a cartório, uma vez que os boletos tem instrução de ir a cartório cinco dias corridos após o vencimento. Este controle é feito, também, pelos representantes comerciais.

Os prazos para os clientes são dos mais diversos, podendo ser de sete a quarenta e cinco dias. No caso dos boletos, se não houver o pagamento até a data, este vai a cartório após o quinto dia útil e recebe-se através do cartório. Até hoje, a empresa afirma que não houve casos de cobranças judiciais.

Existe o acompanhamento diário de clientes devedores ou com o pagamento em atraso. Neste caso, os representantes comerciais entram em contato com o cliente a fim de verificar quais os motivos do atraso.

O percentual anual de inadimplentes da empresa não chega a um por cento (1%), por esse motivo a empresa não possui em seu contas a pagar o plano de contas nominado “provisão para devedores duvidosos”. A empresa aguarda o prazo legal para dar a baixa dos inadimplentes como perda.

A conciliação dos boletos a receber é feita de forma automática via sistema, garantido a constante atualização.

Os cheques recebidos não são nominais e não são cruzados, porém, possuem as informações completas em seu verso sobre quem é o responsável por ele. Se ocorrer a “volta” de algum cheque, entra-se em contato como o emitente ou com o responsável, se terceiro. Se pré-datados, são descontados na data solicitada pelo cliente.

Estes, não são contabilizados e são considerados como saldo de caixa o que é inapropriado, pois, não configuram disponibilidades, tal procedimento fere o princípio da confiabilidade da informação. Os cheques deveriam ser contabilizados em conta separada no ativo, como por exemplo: cheques a receber, configurando assim um direito de receber determinado valor quando este for apresentado ao banco.

Ressalta-se que esse procedimento, de considerar tais cheques como saldo de caixa, leva a empresa ter uma informação falsa e equivocada de seus disponíveis, uma vez que os cheques ao serem descontados no banco podem ter ou não fundos. O correto tratamento contábil, levando a contabilidade a estar de acordo com a realidade, é estes elementos terem contas separadas para contabilização.

Quanto ao contas a receber, a empresa também considerou ter controles internos que apoiem a realização das tarefas referenciadas. Entretanto, após as análises percebe-se que em alguns pontos, estes controles deixam a desejar, como mencionado foi no sentido da não contabilização de cheques e da inexistência de manuais internos completos

4.5 Sugestões de Melhorias

A partir das análises realizadas no contas a pagar e receber, percebe-se que os procedimentos e controles internos da empresa possuem inadequações, necessitando de modificações para que se torne realmente eficiente.

Considerando-se todos os itens expostos neste estudo, sugestionam-se à empresa as seguintes melhorias em seus modelos de controles internos:

- a) criação de manuais de controles internos no setor de contas a pagar e contas a receber, de forma que cada colaborador que for designado para estes setores possa ter a plena certeza do fluxograma dos processos a serem realizados dentro de cada setor específico. Tendo em vista tal fato, deve-se atentar ao período de gozo de férias de cada colaborador do setor, pois, ao estar afastado do cargo o seu substituto deve ter plena capacidade de operar tanto o sistema quanto estar atento aos procedimentos realizados pelo substituído;
- b) adicionalmente ao manual de controles internos, definir as responsabilidades e limites de alçadas para cada funcionário, de maneira que se possa garantir que todos os procedimentos sejam executados e, em caso de eventuais omissões na realização das tarefas, apurar as responsabilidades;
- c) segregação de função com a separação das funções dentro do setor financeiro, onde o trabalho de cada um seja devidamente revisado por outro colaborador a fim de exterminar possíveis erros ou vícios, bem como antecipar-se a qualquer possibilidade de fraude;

d) periodicamente, realizar o confronto de seus ativos com os registros. Como por exemplo: contagem física de títulos e comparação com o saldo da mesma conta na contabilidade, juntamente ao controle auxiliar;

e) periodicamente realizar a contagem física de estoque de forma que sejam confrontados os saldos das contas e os itens físicos;

f) efetuar a contabilização de seus cheques recebidos em contas elaboradas para este fim com o intuito de não ser confundido cheques a receber com dinheiro.

O Quadro 12 visa demonstrar resumidamente as deficiências, bem como as respectivas sugestões de melhoria.

Quadro 1 - Sugestões de melhorias

Deficiência	Princípio ferido	Sugestão de melhoria	Natureza do controle
Inexistência de Manual de Controle interno	Responsabilidade	Elaboração de um manual de controle interno, preferencialmente por escrito, de forma que as atribuições dos funcionários da empresa estejam claramente definidas e limitadas.	Preventivo
Falta de segregação de funções	Segregação de função	Separação das funções dentro do setor financeiro.	Preventivo
Falta de conferência periódica no estoque	Confronto dos ativos com os registros	Elaborar um calendário de conferência para que o setor contábil/financeiro faça a designação de alguém para, por amostragem, faça a conferência do estoque com os saldos das contas da contabilidade.	Preventivo
Inexistência de conta “cheques recebidos”	Confronto dos ativos com os registros	Elaborar conta apropriada no plano de contas a fim de demonstrar de forma coerente o que é dinheiro e o que é cheque dentro do ativo.	Preventivo

Fonte: Autores.

Desta forma, acredita-se que a empresa, ao adotar as melhorias sugeridas, poderá operar com um grau de assertividade maior em relação à teoria atual e um maior suporte nas atividades, e assim, cumprir com suas obrigações e estar mais segura quanto a não ocorrência de erros, fraudes e desvios e, também, garantir a produção de demonstrações contábeis de acordo com a realidade e que sejam úteis e confiáveis para a tomada de decisão

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O controle interno é encontrado em diversas áreas dentro de uma organização desde o setor de limpeza e conservação até o setor financeiro. A necessidade de sua presença dentro das empresas é o ingrediente principal para que esta empresa possa ser, ou não competitiva. Uma empresa que não o possui dificilmente competirá em igualdade com uma empresa que pratica o controle interno no seu cotidiano.

O objeto de estudo deste trabalho foi especificamente as práticas adotadas nos setores de contas a pagar e receber de uma empresa do ramo arrozeiro situada na Quarta Colônia de imigração italiana no Rio Grande do Sul.

Procurou-se, como objetivo geral, analisar os processos e controles internos aplicados às contas a pagar e receber a fim de identificar possíveis falhas a fim de sugerir melhorias. Para tanto, foi necessário cumprir os objetivos específicos.

O primeiro consistiu em realizar a revisão das teorias, conceitos, práticas e princípios de controles internos, o que foi alcançado através de pesquisas utilizando livros, manuais e sites. Este material consistiu no capítulo de referencial teórico.

O segundo objetivo específico, de analisar e descrever o sistema de controle interno financeiro praticado pela empresa, foi realizado através de aplicação questionário semiestruturado, visita e entrevista in loco na empresa estudada. Assim, conseguiu-se fazer a descrição de como é o funcionamento dos referidos setores e como é realizada cada atividade afim relacionada ao contas a pagar e receber.

O terceiro objetivo específico foi comparar o sistema de controle interno levantado teoricamente com o que está sendo executado pela empresa. Este objetivo foi atingido quando se pôde ter real situação de como a empresa opera.

A partir disso, pode-se alcançar o quarto objetivo específico, destacando as práticas que a empresa adota em seu setor financeiro que estão em acordo e desacordo com teorias, conceitos, práticas e princípios de controle interno. Constatou-se desconformidades principalmente no sentido de inexistência de manuais de controles internos, ausência de segregação de função, falta de

conferência periódica no estoque e falta de uma conta específica para lançamento dos cheques recebidos.

Por fim, o quinto objetivo específico, referiu-se a sugestão de melhorias para as deficiências encontradas, o que buscou trazer um ganho a empresa uma vez que ao se observar a norma pode-se, assim, respaldar-se de futuros problemas advindos da inobservância dos mesmos bem como otimizar processos. Assim, foi sugerido que: fosse elaborado um manual de controle interno, preferencialmente por escrito, de forma que as atribuições dos funcionários da empresa estejam claramente definidas e limitadas; houvesse a separação (segregação) das funções dentro do setor financeiro; fosse elaborado um calendário de conferência para que o setor contábil/financeiro faça a designação de alguém para que, por amostragem, faça a conferência do estoque confrontando com os saldos das contas da escrituração contabilidade e, por fim, fosse criada conta específica para o lançamento dos cheques recebidos na empresa.

Portanto é possível afirmar que o objetivo geral desta pesquisa, bem como os específicos, foram alcançados, pois se evidenciou a forma com que a empresa opera e trata seus controles internos no setor financeiro e, a partir daí, verificaram-se os acertos e as falhas advindos da observância da teoria ou a falta dela, podendo, assim, sugerir melhorias nos processos deste setor específico.

Assim sendo, conclui-se, após a realização desse estudo, que as práticas de controle interno adotadas pela empresa estudada, especificamente nas contas a receber e a pagar dessa entidade, possuem falhas e tornando-se necessário mudanças para que sejam eficientes.

Sugere-se que sejam realizados estudos futuros no mesmo sentido, para analisar outros setores dessa mesma empresa. Sugere-se, também, que sejam realizados novos estudos conforme abordado nesse trabalho, especificamente nos setores em questão: contas a pagar e receber. Como evidenciado no mesmo, pouco se é pesquisado nestes setores específicos, sendo maior a pesquisa na parte de controles internos gerenciais ou até mesmo públicos. Tal pesquisa seria de grande importância para as médias e grandes empresas que não possuem seus controles internos evidentes e atuantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PINHEIRO, R.G.; SILVA, R.J.; KLEINE, J.D.; FERRAZ, S. LEI 12.846/2013 - A INFLUÊNCIA DA LEI ANTICORRUPÇÃO NA ROTINA DAS EMPRESAS: PERCEPÇÃO DOS GESTORES NÁLISE DA CARTEIRA DE CLIENTES JURÍDICOS DE UMA AGÊNCIA BANCÁRIA PRIVADA. REVISTA DE CONTABILIDADE DOM ALBERTO, v. 8, n. 16, p. 61-94, 05 dez. 2019. 90

AICPA - Comitê de Procedimentos de Auditoria do Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados. In: **PORTAL de auditoria**. Curitiba: Portal de auditoria, 2017. Disponível em: <<https://portaldeauditoria.com.br/conceito-de-controle-interno/>>. Acesso em: 01 jul 2018.

ALMEIDA, M. C. **Auditoria**: um curso moderno e completo. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

ALMEIDA, M. C. **Auditoria**: abordagem moderna e completa. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597013801/cfi/6/10!/4/18@0:48.6>>. Acesso em: 06 maio 2018.

ATTIE, W. **Auditoria interna**. São Paulo: Atlas, 1987.

ATTIE, W. **Auditoria**: conceitos e aplicações. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522478606/cfi/3!/4/4@0.00:37.7>>. Acesso em: 06 maio 2018.

BALTZAN; PHILLIPS. Sistemas de Informação: **A importância e as responsabilidades do pessoal de TI nas tomadas de decisões**. 1ª ed. Porto Alegre: Editora Bookman, 2012.

BASSO, I. P. **Iniciação à auditoria**. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

BOTELHO, M. M. **Manual prático de controle interno na administração pública municipal**. Curitiba: Juruá, 2007.

COOK, J. W.; WINKLE, G. M. **Auditoria: Filosofia e Técnica**. 1.ed., São Paulo: Saraiva, 1979.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC-TA 265**: da auditoria independente de informação contábil histórica. Brasília (DF), 2009. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1210.pdf>. Acesso em: 06 maio 2018.

COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission. In: **PORTAL de auditoria**. Curitiba: Portal de auditoria, 2017. Disponível em: <<https://portaldeauditoria.com.br/conceito-de-controle-interno/>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

CREPALDI, S. A. **Auditoria contábil**: teoria e prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CREPALDI, S. A.; CREPALDI, G. S. **Auditoria contábil**: teoria e prática. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2016. Disponível em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597006681/cfi/6/10!/4/24@0:0>>. Acesso em: 06 maio 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Estudo de caso**: fundamentação científica - subsídios para coleta e análise de dados - como redigir o relatório. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

HOOG, W. A. Z.; CARLIN, E. L. B. **Manual de auditoria contábil das sociedades empresariais**: de acordo com o novo Código Civil – Lei 10.406/02. Curitiba: Juruá Editora, 2008.

IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual da contabilidade das sociedades por ações**. Fipecafi – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, FEA/USP. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LINS, L. S. **Auditoria**: uma abordagem prática com ênfase na auditoria externa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEIRELLES, H. L. Direito administrativo brasileiro. 16. ed. atual. 2. tir. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 1988.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia, prática. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PADILHA, F. B. **O controle interno como ferramenta de gestão**: um estudo de caso em uma empresa de serviços. 2011. 56 f. Monografia (Especialização em Controladoria e Gestão Empresarial)-Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul. Ijuí, 2011.

PEREZ JUNIOR, J. H. **Auditoria das demonstrações contábeis**: normas e procedimentos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RAMOS, A. **Metodologia da pesquisa científica**: como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522465989/cfi/4!/4/4@0.00:0.00>>. Acesso em: 06 maio. 2018.

REALENGO, A. **Origem e história do arroz**. Turvo, 2018. Disponível em: <<http://www.arrozrealengo.com.br/academia-arroz/ver/origem-e-historia-do-arroz-23>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

SÁ, A. L. de. **Curso de auditoria**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Controles financeiros**. Espírito Santo: Sebrae, 2001. Disponível em:

<http://vix.sebraees.com.br/es/manualempresario/pag_imp_man_emp.asp?cod_assunto=111&ds_assunto=Controles%20Financeiros&cod_grupo=7#CONTR_OLE_DE_CONTAS_A_RECEBER>. Acesso em: 26 jun. 2018.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Como elaborar controles financeiros**. Minas Gerais: Sebrae, 2013. Disponível em:

<<http://www.sebraemg.com.br/Atendimento/Imagens/Como%20Elaborar%20Controles%20Financeiros.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Entenda as diferenças entre contas a receber e a pagar**.

Amapá: Sebrae, 2017. Disponível em:

<<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/artigos/entenda-as-diferencas-entre-contas-a-receber-e-a-pagar,0f911219dcf2f510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Controle de contas a pagar**. Amapá: Sebrae, 2018. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/artigos/control-de-contas-a-pagar,2d56164ce51b9410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

SILVA, O. F. da; WANDER, A. E. **O arroz no Brasil** : evidências do censo agropecuário 2006 e anos posteriores. Santo Antônio de Goiás: Embrapa, 2014. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digita/bitstream/item/102436/1/seriedocumentos-299.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

SILVA, O. F. da; WANDER, A. E.; FERREIRA, M. F. **Importância econômica e social**. Brasília, 2018. Disponível em:

<<http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/arroz/arvore/CONT000fe7457q102wx5eo07qw4xeynhsp7i.html>>. Acesso em 26 jun. 2018.

Data recebimento do artigo: 28/03/2019
Data do aceite de publicação: 25/08/2019

AS ESTRATÉGIAS DE ENSINO UTILIZADAS NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS: UMA PERCEPÇÃO DOS DISCENTES

Eluiza Pauli¹
Lucas Péres Amorim²
Zilton Bartolomeu Martins³

RESUMO

O objetivo deste artigo foi analisar as estratégias de ensino utilizadas no curso de Ciências Contábeis na percepção dos discentes. O presente estudo possui uma abordagem quantitativa, sendo descritivo quanto aos objetivos e no que diz respeito aos procedimentos, é uma pesquisa de levantamento. A população da pesquisa foi de 177 estudantes matriculados no curso de Ciências Contábeis em 2017/2 de uma universidade comunitária do estado de Santa Catarina, resultando em uma amostra de 132 respondentes. Os dados foram tabulados por meio do software Microsoft Excel® e para a análise dos resultados, foram utilizadas as técnicas estatísticas descritiva e univariada, conforme as medidas de média, desvio-padrão e correlação, calculadas por meio do software IBM SPSS Statistics 22®. Como principais resultados, as estratégias de ensino mais utilizadas pelos docentes na percepção dos discentes são a aula expositiva, estudo de texto e estudo dirigido. Já as estratégias menos utilizadas são o júri simulado, painel e jogos de empresa. No que se refere às estratégias de ensino que mais contribuem na aprendizagem, foram apontados a aula expositiva, estudo de texto e estudo dirigido. O júri simulado, painel e simpósio foram as estratégias que menos contribuem na aprendizagem de acordo com os discentes.

Palavras-chave: Estratégias de Ensino. Ciências Contábeis. Discentes.

ABSTRACT

The objective of this article was to analyze the teaching strategies used in the course of Accounting in the students' perception. The present study has a quantitative approach, being descriptive about the objectives and with respect to the procedures, it is a survey of survey. The research population was 177 students enrolled in the Accounting course in 2017/2 of a community university in the state of Santa Catarina, resulting in a sample of 132 respondents. The data were tabulated using Microsoft Excel® software and for the analysis of the results, statistical and univariate statistical techniques were used, according to the measures of mean, standard deviation and correlation, calculated using the IBM SPSS Statistics 22® software. As main results, the teaching strategies most used by the teachers in the perception of the students are the lecture, text study and directed study. The least used strategies are the simulated jury, panel and

¹ Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), eluiza_pauli15@hotmail.com, Rua João Coan, 400, Universitário - Biguaçu – SC.CEP: 88.161-064

² Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), peres_avai@hotmail.com, Rua João Coan, 400, Universitário - Biguaçu – SC.CEP: 88.161-0

³ Doutorando em Administração pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), ziltonmartins@univali.br, Rua João Coan, 400, Universitário - Biguaçu – SC.CEP: 88.161-064